

Anexo II

REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA CNPB Nº 2004.0002-11

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO DO REGULAMENTO	2
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES	3
CAPÍTULO III - DOS MEMBROS DO PLANO	6
SEÇÃO I - DOS PARTICIPANTES	6
SEÇÃO II - DOS BENEFICIÁRIOS	8
SEÇÃO III - DOS ASSISTIDOS	9
CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO	10
SEÇÃO I - DA INSCRIÇÃO DOS MEMBROS	10
SEÇÃO II - DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO	10
CAPÍTULO V - DOS BENEFÍCIOS	12
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	12
SEÇÃO II - DO SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	12
SEÇÃO III - DO SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO	13
SEÇÃO IV - DA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	14
SEÇÃO V - DA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	16
SEÇÃO VI - DA SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	17
SEÇÃO VII - DO ABONO ANUAL	19
SEÇÃO VIII - DO PECÚLIO POR MORTE	20
SEÇÃO IX - DO BENEFÍCIO MÍNIMO	20
SEÇÃO X - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS	20
CAPÍTULO VI - DO CUSTEIO	22
CAPÍTULO VII - DAS ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS	25
SEÇÃO I - ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS	25
CAPÍTULO VIII - DOS FUNDOS DE COTAS	26
CAPÍTULO IX – DOS INSTITUTOS LEGAIS OBRIGATÓRIOS.....	27
SEÇÃO I – PORTABILIDADE	27
SEÇÃO II - RESGATE	29
SEÇÃO III - AUTOPATROCÍNIO	31
SEÇÃO IV - BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	32
CAPÍTULO X - DAS ALTERAÇÕES E LIQUIDAÇÃO	34
SEÇÃO I – DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO	34
SEÇÃO II – DA RETIRADA DE PATROCÍNIO	34
CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	36
CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	37

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO DO REGULAMENTO

Artigo 1º - O presente Regulamento tem por finalidade disciplinar as normas gerais do Plano de Benefícios da Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA, detalhando as condições de concessão e de manutenção dos benefícios e direito aos institutos nele previstos, bem como os direitos e as obrigações das Patrocinadoras, dos Participantes e seus respectivos Beneficiários e dos assistidos.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Artigo 2º - Neste Regulamento, os termos, expressões, palavras, abreviaturas e siglas relacionadas terão o seguinte significado, a menos que o contexto indique claramente outro sentido. Estes termos aparecem no texto com a primeira letra em maiúsculo, sendo que o masculino incluirá o feminino, e vice-versa, e o singular incluirá o plural, e vice-versa, salvo indicação contrária no texto.

“Assistido”: Participante ou Beneficiários que estiverem em gozo de qualquer dos benefícios assegurados por este Plano.

“Atuário”: significará uma pessoa física ou jurídica com o propósito de conduzir avaliações atuariais e prestar serviços de consultoria atuarial e correlatos, quando necessário, para fins de manutenção deste Plano de Benefícios. O Atuário contratado em qualquer ocasião deverá ser uma pessoa física que seja membro do Instituto Brasileiro de Atuária ou uma pessoa jurídica da qual conste, em seu quadro de profissionais, um membro do mesmo Instituto.

“Beneficiário”: conforme descrito no Art. 6º da Seção II.

“Beneficiário Indicado”: qualquer pessoa indicada e inscrita pelo Participante para fins de recebimento do Pecúlio.

“Conta de Portabilidade”: recursos portados de outros Planos de Previdência Complementar para este Plano serão alocados em contas específicas, designadas “Recursos Portados/Entidade Fechada” ou Recursos Portados/Entidade Aberta”, conforme a constituição dos recursos.

“Data da Alteração Regulamentar”: as alterações realizadas nesse Regulamento aplicam-se a todos os participantes do Plano, observando o direito adquirido de cada participante, e entrarão em vigor na data de aprovação pelo órgão governamental competente, operando-se sua eficácia no 91º (nonagésimo primeiro) dia contado da referida data de aprovação.

“Entidade”: MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada.

“Fundo Coletivo de Benefício Mínimo”: constituído pelas contribuições mensais da Patrocinadora, previstas, para esse fim, no inciso V do Artigo 38 deste Regulamento, que ficarão disponibilizadas em uma conta única, destinado ao pagamento do Benefício Mínimo fixados neste Regulamento.

"Fundo Coletivo de Risco": constituído pelas contribuições mensais dos Participantes e da Patrocinadora, previstas, para esse fim, nos incisos III e VI do Artigo 38 deste Regulamento, que ficarão disponibilizadas em uma conta única, destinado ao pagamento dos Benefícios de Riscos fixados neste Regulamento.

"Fundo Coletivo Previdencial": constituído pelos valores das contribuições de Patrocinadora que não forem utilizados para concessão dos benefícios ou de institutos, por força do disposto neste Regulamento.

"Fundo do Plano": significa o valor do patrimônio do Plano registrado pela Entidade, constituído pelas Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes, acrescido do Retorno dos Investimentos, destinado à cobertura dos compromissos do Plano, investido conforme previsto no Capítulo VII deste Regulamento.

"Fundo Individual Extraordinário de Participante": constituído pelas contribuições esporádicas dos Participantes;

"Fundo Individual Normal de Participante": constituído pelas contribuições mensais normais, básicas e facultativas dos Participantes deste Plano;

"Fundo Individual Normal de Patrocinadora": constituído pelas contribuições mensais normais básicas da Patrocinadora;

"Participante": pessoa física que tenha feito sua inscrição no Plano e mantenha essa condição nos termos deste Regulamento.

"Patrocinadora": **toda** pessoa jurídica **regularmente constituída que aderir a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.**

"Perfis de Investimentos": São as opções de investimentos que, conforme disposto neste Regulamento, poderão ser disponibilizadas pela Entidade aos Participantes do Plano.

"Plano de Benefícios da Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA" ou "Plano": conjunto de direitos e obrigações atribuídos à Patrocinadora, aos Participantes e seus respectivos Beneficiários e assistidos, conforme descrito no presente Regulamento, com as alterações que lhe forem introduzidas.

"Regulamento do Plano" ou "Regulamento": este documento que estabelece as disposições do Plano, administrado pela Entidade, com as alterações que forem introduzidas posteriormente.

"Retorno dos Investimentos": significa o retorno total do Fundo do Plano, calculado diariamente, incluindo quaisquer rendimentos auferidos por meio de

juros, dividendos, aluguéis, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, e quaisquer outros tipos de rendimentos, deduzidas quaisquer exigibilidades, custos decorrentes da administração do Plano e dos investimentos deste Plano, bem como, despesas comuns aos Planos administrados pela Entidade.

"Término do Vínculo": rescisão ou extinção do contrato de trabalho do Participante com a Patrocinadora ou, no caso de administrador, a data do seu afastamento definitivo em decorrência de exoneração, renúncia, demissão ou término do mandato sem recondução, desde que não revertido à condição de empregado.

"Unidade Monetária CESAMA – UMC": Corresponde à importância de **R\$ 606,39 (seiscentos e seis reais e trinta e nove centavos)** em 1º de março de **2023**, e será reajustada nas mesmas épocas e pelo mesmo índice que a Patrocinadora utilizar para praticar reajustamento geral de salários, e, na falta deste, a Patrocinadora deverá fixar outro índice de reajustamento.

CAPÍTULO III DOS MEMBROS DO PLANO

Seção I Dos Participantes

Artigo 3º - São Participantes para os efeitos deste Regulamento:

I - os empregados e administradores de Patrocinadora que tenham feito a inscrição no Plano;

II - os ex-empregados e ex-administradores das Patrocinadoras que se mantenham filiados ao Plano;

III - aqueles que estejam recebendo benefício de prestação mensal previsto neste Regulamento.

Parágrafo único - São considerados administradores para fins do inciso I do “caput” deste artigo, os gerentes, diretores e conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes de Patrocinadora.

Artigo 4º - O pedido de inscrição no Plano é facultativo e poderá ser efetuado pelo interessado que tiver celebrado contrato individual de trabalho ou que assumir cargo de administrador em Patrocinadora.

§1º - O Participante que detiver a condição de autopatrocinado ou que tiver optado ou presumida a opção pelo benefício proporcional diferido em razão de vínculo empregatício anterior e que vier a ser admitido ou readmitido em Patrocinadora ou assumir cargo em sua administração poderá solicitar sua inscrição no Plano.

§2º - Na hipótese de o Participante optar por se inscrever novamente no Plano, as Contribuições futuras serão adicionadas ao Fundo Individual Normal de Participante e ao Fundo Individual de Patrocinadora referentes ao seu novo vínculo.

Artigo 5º - Perderá a condição de Participante aquele que:

I - requerer o desligamento do Plano;

II - falecer;

III - no Término do Vínculo, ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º deste artigo;

IV - receber um pagamento único, com a consequente perda de direitos a pagamento de prestação mensal;

V - deixar de recolher por 3 (três) meses consecutivos ou não o valor das suas Contribuições nas datas devidas, desde que previamente avisado e que não seja possível presumir a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, ressalvados os casos de suspensão de Contribuição previstos neste Regulamento;

VI - optar pelo resgate de Contribuições ou pela portabilidade;

VII - na fase de recebimento do benefício, tiver esgotado o saldo dos Fundos.

§1º - Não perderá a condição de Participante aquele que tiver direito a receber Benefício de Aposentadoria nos termos deste Regulamento ou optar pelo autopatrocínio ou tiver manifesta ou presumida a opção pelo benefício proporcional diferido.

§2º - A perda da condição de Participante, exceto se decorrente de seu falecimento, importará a perda da condição dos Beneficiários correspondentes independentemente de qualquer aviso ou notificação.

§3º - A data da perda da condição de Participante será:

I - o dia do respectivo requerimento, na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e VI do “caput” deste artigo;

II - o dia do falecimento do Participante, no caso previsto no inciso II do “caput” deste artigo;

III - o dia subsequente ao do vencimento do prazo definido neste Regulamento para opção pelo autopatrocínio ou pelo benefício proporcional diferido, na ocorrência do disposto no inciso III do “caput” deste artigo;

IV - o dia do pagamento, quando se aplicar o disposto no inciso IV do “caput” deste artigo;

V - o dia subsequente ao do vencimento da 3ª (terceira) Contribuição não paga, quando aplicável o inciso V do “caput” deste artigo;

VI - o dia em que esgotar o saldo dos Fundos, na ocorrência do disposto no inciso VII do “caput” deste artigo.

§4º - Para efeito do disposto no inciso V do “caput” deste artigo, o Participante após a inadimplência de 2 (dois) meses consecutivos ou não do valor de suas Contribuições será avisado por meio de carta com aviso de recebimento ou por

outro meio passível de comprovação e usualmente utilizado pela Entidade para comunicação junto aos Participantes, para pagamento das mesmas, sob pena de perder a sua condição de Participante caso não efetue o pagamento de todas as Contribuições pendentes.

Seção II Dos Beneficiários

Artigo 6º - Consideram-se Beneficiários os dependentes de Participante relacionados no presente artigo e, nessa, inscritos neste Plano, **devendo ser observado o Art. 12 do Capítulo IV quanto ao tratamento a ser dado no caso de não haver inscrição de Beneficiários pelo Participante:**

I - o cônjuge ou companheiro(a) mantido(a) em união estável nos termos da legislação vigente;

II - os filhos solteiros menores de 21 (vinte e um) anos, desde que não emancipados; os inválidos de qualquer idade; e os maiores de 21 (vinte e um) e até 24 (vinte e quatro) anos, solteiros, que estejam cursando estabelecimento de ensino superior ou pós-graduação;

III - o pai e a mãe, na ausência de Beneficiários enquadrados nos incisos I e II deste artigo.

§1º - A comprovação da condição de inválido prevista no inciso II, dar-se-á mediante a apresentação de laudo médico emitido por serviço público da união atestando a incapacidade.

§2º - O enteado será equiparado aos filhos na forma prevista no inciso II deste artigo.

§3º - A comprovação de dependência dar-se-á por meio dos seguintes documentos:

a) cônjuge: certidão de casamento.

b) companheiro(a): contrato ou escritura pública de união estável, declaração de imposto de renda onde fique constatada a dependência econômica ou conta bancária conjunta.

c) filho: certidão de nascimento.

d) filho maior de 21 (vinte e um) anos e inválido: certidão de nascimento e laudo médico, de acordo com o disposto no §1º deste artigo.

e) filho maior de 21 (vinte e um) e até 24 (vinte e quatro) anos, que esteja cursando estabelecimento de ensino superior ou pós-graduação: certidão de regularidade escolar, comprovante de matrícula emitido pelo estabelecimento de ensino.

f) pai e mãe: certidão de nascimento.

§4º - Por ocasião da inclusão de Beneficiários o Participante deverá ser cientificado da obrigação de comunicar à Entidade qualquer alteração posterior.

Seção III Dos Assistidos

Artigo 7º - São considerados Assistidos o Participante ou Beneficiários que estiverem em gozo de qualquer benefício concedido pelo Plano.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO

Seção I Da Inscrição dos Membros

Artigo 8º - A inscrição do Participante e de seus Beneficiários neste Plano é requisito indispensável à obtenção de qualquer benefício assegurado por este Regulamento.

Artigo 9º - A inscrição do Participante neste Plano dar-se-á mediante requerimento escrito, em modelo impresso a ser fornecido pela própria Entidade.

Artigo 10º - Aos Participantes serão entregues e/ou disponibilizados o Estatuto da Entidade, o Regulamento do Plano, o certificado de Participante e o Material Explicativo, na forma prevista na legislação vigente.

Artigo 11 - A inscrição de Beneficiários dar-se-á mediante declaração escrita do Participante, concomitantemente com o pedido de ingresso do Participante no Plano.

Artigo 12 - Ocorrendo o falecimento do Participante, sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiários, prevalecerão os herdeiros legais.

Artigo 13 - O Participante é obrigado a comunicar à Entidade, no prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, qualquer alteração ocorrida nas declarações prestadas no ato de sua inscrição e de seus Beneficiários.

Seção II Do Cancelamento da Inscrição

Artigo 14 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que:

I - vier a falecer;

II - o requerer;

III - deixar de exercer emprego ou mandato na Patrocinadora;

IV - deixar de pagar as contribuições a que estiver obrigado, observado o disposto no Artigo 38 deste Regulamento.

Parágrafo único - Não perderá a condição de Participante aquele que tiver direito a receber a Suplementação de Aposentadoria nos termos deste Regulamento ou optar pelo autopatrocínio ou tiver manifesta ou presumida a opção pelo benefício proporcional diferido.

Artigo 15 - A perda da condição de Participante, exceto se decorrente de seu falecimento, importará a perda da condição dos Beneficiários, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

§ 1º - O cancelamento da inscrição pelo Participante implicará no encerramento do vínculo com o Plano, não sendo-lhe devido, portanto, nenhum pagamento de benefício. Contudo, em caso de Término do Vínculo, aplicar-se-á o disposto no Capítulo IX deste Regulamento.

§ 2º - Ocorrendo o falecimento do Participante que optou pelo cancelamento o saldo existente no Fundo Individual Normal de Participante e no Fundo Individual Extraordinário de Participante será devido aos Beneficiários, ou na falta destes, aplicar-se-á o disposto no Artigo 12 deste Regulamento.

CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS

Seção I Disposições Gerais

Artigo 16 - Os benefícios assegurados por este Plano são os seguintes:

- a) Suplementação de Aposentadoria;
- b) Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- c) Suplementação de Pensão por Morte;
- d) Suplementação de Abono Anual;
- e) Pecúlio por Morte;
- f) Benefício Mínimo.

Artigo 17 - Em nenhuma hipótese os valores dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social serão utilizados nos cálculos das Suplementações e nos casos dos benefícios previstos nas alíneas "b", "c", e "e" do Artigo 16 para os quais, o cálculo terá como base a UMC e o Salário Real de Benefício.

Seção II Do Salário de Participação

Artigo 18 - Entende-se por Salário de Participação:

I - para o Participante Ativo Contribuinte o equivalente à remuneração total do Participante, incluindo os valores recebidos a título de 13º (décimo terceiro) salário, triênios, função e atividade gratificada, limitados a 40 (quarenta) vezes a UMC;

II - para o Assistido, a suplementação que lhe for assegurada por força deste Regulamento;

III - para o Autopatrocinado, o Salário de Participação em vigor na data do Término do Vínculo, observado o § 2º deste Artigo, limitados a 40 (quarenta) vezes a UMC.

§1º - Para os efeitos do disposto no "caput" deste artigo, entende-se como parcelas remuneratórias normais, todas aquelas recebidas a título de remuneração, excluídas as pagas de modo eventual, a saber:

- gratificação de férias;
- abono de férias;
- abono salarial;
- auxílio habitação;
- ajuda de custo;
- outras parcelas consideradas eventuais, de acordo com a política geral de pessoal da Patrocinadora.

§2º - O Salário de Participação do Autopatrocinado será aquele referente ao período mensal completo, independentemente da data em que tiver ocorrido o Término do Vínculo, corrigido conforme variação da UMC.

§3º - É obrigatória a manutenção do Salário de Participação e facultativa a manutenção das taxas de contribuição incidentes sobre ele, nos casos em que o Participante Ativo Contribuinte esteja em gozo de afastamento legal computado como tempo de serviço pela legislação previdenciária e demais disposições legais, inclusive quando passa a receber Benefício de Auxílio Doença pelo Regime Geral de Previdência Social, considerando como base de cálculo, portanto, o Salário de Participação como se em atividade estivesse.

§4º - Não se enquadra na situação prevista no § 3º deste Artigo, o Participante que se afasta dos quadros funcionais da Patrocinadora por invalidez.

§5º- O 13º (décimo terceiro) salário será considerado como Salário de Participação isolado, com o objetivo de servir como base para incidência de contribuição a este Plano.

Seção III

Do Salário Real de Benefício

Artigo 19- Para efeito de cálculo dos benefícios previstos no Artigo 16 deste Regulamento, considera-se Salário Real de Benefício a média aritmética simples de todos os últimos Salários de Participação dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade, ou da data de entrada do

requerimento no caso de Autopatrocinado, apurados em período não superior a 12 (doze) meses, ambos os casos, atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e, na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo, até o último mês considerado, inclusive.

§1º - O 13º (décimo terceiro) salário não será considerado para efeito de cálculo da média a que se refere este artigo.

§2º - Não serão considerados no cálculo do Salário Real de Benefício quaisquer aumentos do Salário de Participação, verificados no curso dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao da concessão do benefício de suplementação, que não provenham de reajustes aplicados pela respectiva Patrocinadora em caráter geral para corrigir distorção inflacionária.

§3º - O Salário Real de Benefício do Assistido será igual ao benefício de suplementação em manutenção.

Seção IV

Da Suplementação de Aposentadoria

Artigo 20 - A Suplementação de Aposentadoria será concedida ao Participante que a requerer, atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- I - Participante com idade mínima igual a 60 (sessenta) anos para o sexo feminino e 65 (sessenta e cinco) anos para o sexo masculino ou Suplementação Antecipada aos 55 (cinquenta e cinco) anos para ambos os sexos, observado o disposto no Artigo 28 deste Regulamento;
- II - 7 (sete) anos ininterruptos de vinculação a este Plano;
- III - 10 (dez) anos de vínculo empregatício ou funcional com a Patrocinadora;
e
- IV - Término do Vínculo com a Patrocinadora.

Artigo 21- A Suplementação de Aposentadoria prevista nesta seção consistirá no pagamento de uma renda mensal, conforme uma das opções das alíneas abaixo escolhida pelo Participante, calculada em função do saldo acumulado no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, existente em nome do Participante Contribuinte na data do **requerimento do benefício**.

- a) Renda mensal por prazo mínimo de 5 (cinco) anos e máximo de 30 (trinta) anos;

- b) Renda mensal correspondente a um percentual entre 0,1% (zero vírgula um por cento) e 3% (três por cento) do saldo acumulado referido no “caput” deste artigo; ou
- c) Renda mensal vitalícia, de valor calculado atuarialmente, aos Participantes do Plano inscritos até **24/08/2022**, observado o disposto nos Artigos 20 e 22 deste Regulamento.

§1º - Os Participantes que ingressarem no Plano após **24/08/2022** somente poderão optar pelas opções disponíveis nas alíneas “a” e “b”.

§2º – Caso o valor inicial da Suplementação de Aposentadoria seja inferior a 1 (uma) vez a UMC, o Participante receberá, em forma de pagamento único, o maior entre o saldo de cotas existente em seu nome nos Fundos mencionados no “caput” deste artigo ou 3 (três) vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 (vinte) vezes a UMC.

§3º - O Assistido optante pelo recebimento de renda mensal vitalícia estabelecida na alínea “c” e o Beneficiário em gozo de benefício de Suplementação de Pensão por Morte, poderá, 1 (uma) vez ao ano, optar por converter o recebimento para uma das formas de renda previstas nas alíneas “a” e “b”, todas deste Artigo 21.

Artigo 22 - O Participante Ativo ou Autopatrocinado, desde que atenda as condições previstas no Artigo 20 e que tenha, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, poderá optar por receber o benefício de Suplementação Antecipada de Aposentadoria, e nesse caso ser-lhe-á assegurada uma renda mensal, conforme uma das opções escolhida pelo Participante previstas no Artigo 21, obtida por meio da transformação do saldo até então acumulado em seu nome no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, na data do Término do Vínculo. No caso do Autopatrocinado, será considerada a data do requerimento.

Artigo 23 – Ao requerer sua Suplementação de Aposentadoria neste Plano, o Participante deverá optar expressamente pela futura transformação daquele Benefício em Suplementação de Pensão por Morte, quando de seu falecimento, para que seus Beneficiários façam jus a este último benefício uma vez atendidos os requisitos regulamentares. Ocorrendo a opção pela transformação, sobre a Suplementação de Aposentadoria a ser concedida será aplicado um coeficiente redutor, determinado atuarialmente.

Parágrafo Único – A opção pela futura transformação da Suplementação de Aposentadoria em Suplementação de Pensão por Morte será realizada apenas

para os Participantes que receberem o benefício suplementar em forma de renda mensal.

Seção V

Da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez

Artigo 24 – O Benefício por Invalidez será concedido ao Participante que preencher, concomitantemente, as seguintes condições:

I – Invalidez atestada por médico indicado pela Entidade, podendo ser o médico credenciado pela Patrocinadora; e

II – não estar recebendo qualquer outro benefício por invalidez ou similar da Patrocinadora.

§ 1º - Fica dispensado do cumprimento do disposto no inciso I do “caput” deste artigo o Participante que apresentar a carta de concessão de aposentadoria por invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social.

§2º - Ficará o Participante obrigado a comunicar a suspensão da Aposentadoria por Invalidez concedida pelo Regime Geral da Previdência Social. Tendo a Entidade conhecimento da referida suspensão, sua Suplementação de Aposentadoria por Invalidez prevista no “caput” deste artigo será imediatamente cancelada.

Artigo 25 - A Suplementação da Aposentadoria por Invalidez consistirá numa renda mensal, cujo valor será equivalente ao maior valor dentre os seguintes:

- a) a diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor da UMC, vigente na data indicada no atestado médico ou na data de concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme o caso;
- b) O valor da Suplementação calculada em conformidade com o artigo 21, com base nos dados do Participante na data do atestado médico ou na data da concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme o caso.

§1º - Ao requerer sua Suplementação de Aposentadoria por Invalidez o Participante deverá optar expressamente pela futura transformação daquele benefício em Suplementação de Pensão por Morte, quando de seu falecimento, para que seus Beneficiários façam jus a este último benefício uma vez atendidos os requisitos regulamentares. Ocorrendo a opção pela transformação, sobre a

Suplementação de Aposentadoria por Invalidez a ser concedida será aplicado um coeficiente redutor, determinado atuarialmente.

§2º - A opção pela futura transformação da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez em Suplementação de Pensão por Morte será realizada apenas para os Participantes que receberem o benefício suplementar em forma de renda mensal.

§3º - A Suplementação de Aposentadoria por Invalidez será paga e reajustada na forma prevista na Seção X deste Capítulo.

§4º - Caso o valor inicial da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez seja inferior a 1 (uma) UMC, o Participante receberá, em forma de pagamento único, o maior entre o saldo de cotas existente em seu nome no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora ou 3 (três) vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 (vinte) vezes a UMC.

Artigo 26 – O Participante que optou por manter sua inscrição neste Plano na condição de Autopatrocinado, fazendo jus ao Benefício Proporcional Diferido, e vier a se invalidar antes de o requerer, não terá direito à Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e sim à antecipação do Benefício Proporcional Diferido.

Artigo 27 – Caso o Participante tenha a respectiva Suplementação de Aposentadoria por Invalidez cancelada, o pagamento da renda mensal será suspenso imediatamente e o saldo do Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante, Fundo Individual Normal de Patrocinadora e Fundo Coletivo de Risco será recomposto com base em estudo atuarial a ser processado pelo Atuário responsável por este Plano, adotando-se as bases técnicas previstas na última Avaliação Atuarial deste Plano.

Parágrafo Único – No caso previsto no “caput” deste artigo, o Participante assume a condição de Ativo Contribuinte ou Não Contribuinte ou Autopatrocinado, conforme o caso.

Seção VI

Da Suplementação de Pensão por Morte

Artigo 28 - A Suplementação de Pensão por Morte será concedida, sob a forma de renda mensal, aos Beneficiários do Participante que vier a falecer, desde que:

I - No caso de Participante Ativo ou Autopatrocinado:

- a) o Participante tenha, no mínimo, 12 (doze) meses de vinculação a este Plano;
- b) os Beneficiários tenham obtido o benefício de Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social.

II - No caso de Assistido:

- a) o Participante tenha optado pelo recebimento de benefício de renda mensal na alínea “c” do Artigo 21, e tenha optado, também, pela transformação de seu Benefício de Suplementação de Aposentadoria ou de Aposentadoria por Invalidez em Suplementação de Pensão por Morte;
- b) os Beneficiários tenham obtido o benefício de Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social.

§1º - A Suplementação de Pensão por Morte será devida a partir do dia seguinte ao da morte do Participante.

§2º - Não será exigido o mínimo de 12 (doze) meses de vinculação a este Plano, de que trata o inciso I deste artigo, nos casos em que a morte do Participante Ativo ou Autopatrocinado tenha sido de natureza accidental.

§3º - A Suplementação de Pensão por Morte será paga e reajustada na forma prevista na Seção X deste Capítulo, observando-se o § 1º do Artigo 29 deste Regulamento.

§4º - O Participante Ativo ou o Assistido que não tiver Beneficiários na data do falecimento deixará para seus herdeiros legais o direito ao resgate de cotas e, nesse caso, os herdeiros só poderão resgatar o saldo existente no Fundo Individual Normal de Participante e Fundo Individual Extraordinário de Participante, não tendo direito ao saldo existente em nome do Participante no Fundo Individual Normal de Patrocinadora.

Artigo 29 - A Suplementação de Pensão por Morte será calculada conforme os parágrafos deste artigo:

§1º - O valor inicial da Suplementação de Pensão por Morte será equivalente ao valor da suplementação que o Assistido percebia na data de seu falecimento e que tenha optado por reverter este benefício aos seus Beneficiários nos moldes do artigo antecedente.

§2º - No caso de falecimento do Participante Ativo, será aplicado o maior valor entre aquela Suplementação de Aposentadoria por Invalidez a que teria direito na data do falecimento, conforme a alínea “a” do Artigo 25, e o benefício

resultante do saldo do Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, posicionado na data do falecimento do Participante.

§3º - Caso o valor inicial da Suplementação de Pensão por Morte seja inferior a 1 (uma) UMC, os Beneficiários do Participante falecido receberão, em forma de pagamento único, o maior entre o saldo de cotas existente em nome do Participante no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora ou 3 (três) vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 (vinte) vezes a UMC.

Artigo 30 – O valor da Suplementação de Pensão por Morte será rateado em parcelas iguais, entre os Beneficiários inscritos.

Artigo 31 – A parcela da Suplementação de Pensão por Morte será extinta quando o Beneficiário perder esta qualidade, não havendo redistribuição, no caso dos Participantes optantes pela renda mensal vitalícia prevista na alínea “c” do Artigo 21. No caso dos Participantes optantes pelas rendas financeiras previstas nas alíneas “a” e “b” do Artigo 21, a parcela da Suplementação de Pensão por Morte será extinta quando ocorrer o término do saldo previsto no “caput” do Artigo 21.

Parágrafo Único – Com a extinção da parcela do último Beneficiário, extinguir-se-á a Suplementação de Pensão por Morte.

Artigo 32 – Os Beneficiários do Participante que optou pelo Benefício Proporcional Diferido, falecido antes de o requerer, não terão direito à Suplementação de Pensão por Morte, e sim à transformação do saldo de cotas existentes em nome do Participante, no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, em uma renda mensal calculada, que levará em conta o perfil etário dos respectivos Beneficiários.

Seção VII Do Abono Anual

Artigo 33 – O Assistido que esteja recebendo, ou tenha recebido benefício sob a forma de renda mensal durante o ano, qualquer dos benefícios de suplementação previstos neste Regulamento, terá direito ao recebimento de um Abono Anual. **O Assistido que recebeu benefício no decorrer do ano e este tenha sido encerrado por falecimento, o Abono Anual que a ele seria devido (de forma proporcional aos meses em que recebeu) deverá ser pago**

aos Beneficiários do Participante e na ausência destes, aos seus herdeiros legais.

Parágrafo Único – O Abono Anual consistirá em um pagamento anual, a ser efetuado no mês de dezembro, e corresponderá a tantos doze avos quantos forem os meses de vigência do benefício, até o máximo de doze, do valor igual à renda mensal que o Participante receber a título de suplementação. Quando não houver benefício a ser pago no mês de dezembro, o Abono Anual será calculado com base na renda mensal que o Participante recebia, cujo valor deverá ser atualizado monetariamente até a data de concessão deste benefício, observados os índices de variação patrimonial, previstos no Parágrafo Único do Artigo 46 deste Regulamento.

Seção VIII Do Pecúlio por Morte

Artigo 34 – O valor do Pecúlio por Morte de Participante Ativo Contribuinte ou Não Contribuinte será pago diretamente ao Beneficiário **Indicado que será indicado para tal fim pelo Participante. Na inexistência de indicação, será devido aos Beneficiários e não havendo Beneficiários, será pago aos herdeiros legais do Participante**

Artigo 35 – O Pecúlio por Morte consistirá no pagamento de uma importância em dinheiro igual ao triplo do Salário Real de Benefício do Participante falecido, vigente na data de falecimento do Participante, calculado conforme disposto no Artigo 19 deste Regulamento.

Seção IX Do Benefício Mínimo

Artigo 36 – Todos os Participantes Não Contribuintes que se habilitarem aos benefícios definidos nas seções IV, V, VI e VIII, farão jus ao recebimento de um benefício mínimo correspondente a 3 (três) vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 (vinte) vezes a UMC.

Seção X Da Forma de Pagamento e de Reajustamento dos Benefícios

Artigo 37 – Os Benefícios Suplementares, previstos no Artigo 16 deste Regulamento, serão pagos em forma de rendas mensais e consecutivas conforme respectivos itens do Regulamento.

§1º - Por opção expressa do Participante Ativo, poderá requerer na data de concessão do benefício, o recebimento de uma importância em dinheiro de até 50% (cinquenta por cento) do saldo acumulado no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, desde que o saldo remanescente de cotas venha a proporcionar uma renda mensal superior a 1 (uma) UMC, nesta mesma data.

§2º - O Participante que optar pela faculdade prevista no parágrafo antecedente fará jus, ainda, às rendas mensais correspondentes ao saldo acumulado nos Fundos, calculadas conforme disposto no Artigo 21 deste Regulamento.

§3º - O pagamento dos benefícios suplementares mensais citados neste artigo será processado no último dia útil do mês a que se referem e pago no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à competência, **exceto no caso de novas concessões, onde o prazo para pagamento deverá respeitar a data de início de benefício descrita abaixo e o prazo de recepção na Entidade.**

§4º - Se a data de requerimento **de qualquer** benefício **oferecido pelo Plano** ocorrer entre o 1º (primeiro) e o 15º (décimo-quinto) dia do mês, a competência da primeira prestação dos Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, será no mês da ocorrência do requerimento. Se a data do requerimento ao benefício ocorrer entre o 16º (décimo-sexto) e o último dia do mês, a competência da primeira prestação do Benefício de Suplementação de Aposentadoria será o mês seguinte ao da ocorrência do requerimento.

§ 5º - Será considerado nos § 4º deste Artigo como data do direito ao benefício a data do **requerimento do** benefício.

§ 6º - Os benefícios de renda mensal vitalícia serão atualizados, anualmente, todo mês de setembro, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE.

§ 7º - Os benefícios de renda mensal referidos nas alíneas “a” e “b” do Artigo 21 deste Regulamento serão reajustados, **em função do valor da cota previdencial divulgada** na data do processamento do pagamento.

CAPÍTULO VI DO CUSTEIO

Artigo 38 – O presente Plano poderá ser custeado pelas seguintes fontes de receita, sendo certo que o valor das contribuições de Patrocinadora, previstas nos incisos IV, V e VI deste artigo, não poderão exceder ao valor das contribuições de Participante previstas nos incisos I e III:

I – Contribuição Normal de Participante: Para os funcionários que aderirem ao Plano após 1 (um) ano, a partir de 01/05/2004, contribuições mensais, básicas e facultativas, dos Participantes Ativos ou Autopatrocinados, **corresponderá a um percentual único entre todos os Participantes, variando entre 3% (três por cento) a 12% (doze por cento) do Salário de Participação, mediante a utilização de critérios uniformes e não discriminatórios definidos no plano de custeio;**

II – Contribuição Extraordinária de Participantes: contribuições esporádicas dos Participantes Ativos ou Autopatrocinados, consistentes em importâncias por eles livremente escolhidas;

III – Contribuição de Riscos de Participante: contribuições dos Participantes Ativos ou Autopatrocinados apuradas mediante a aplicação de percentual sobre os respectivos Salários de Participação, destinadas a custear os Benefícios de Riscos, de acordo com o Plano de Custeio e alocadas no Fundo Coletivo de Riscos;

IV – Contribuição Normal de Patrocinadora: Aos funcionários que aderirem ao Plano após 1 (um) ano, a partir de 01/05/2004, contribuições mensais da Patrocinadora, equivalentes a 100% (cem por cento) da Contribuição Normal de Participante;

V – Contribuição para Benefício Mínimo de Patrocinadora: contribuições mensais da Patrocinadora apuradas mediante a aplicação de um percentual sobre os Salários de Participação dos Participantes Ativos a ela vinculados, destinadas a custear o Benefício Mínimo, de acordo com o Plano Anual de Custeio alocadas no Fundo Coletivo de Benefício Mínimo, calculado atuarialmente;

VI – Contribuição de Riscos de Patrocinadora: contribuições mensais da Patrocinadora apuradas mediante a aplicação de um percentual sobre os Salários de Participação dos Participantes Ativos a ela vinculados, destinadas a custear os Benefícios de Risco, de acordo com o Plano Anual de Custeio, alocadas no Fundo Coletivo de Riscos;

VII – rendimentos das aplicações das contribuições relacionadas nos incisos antecedentes.

§1º - O Participante Ativo ou Autopatrocinado poderá suspender por um período máximo de 12 (doze) meses suas contribuições, mensais, destinadas aos benefícios programados que compõem este Plano.

§2º - As contribuições extraordinárias dos Participantes, previstas no inciso II deste artigo, poderão ser feitas a qualquer tempo, desde que o valor da contribuição seja no mínimo igual a 1 (uma) UMC.

§3º - Para os Participantes que aderiram ao Plano até 1 (um) a partir de 01/05/2004, foi adotado plano de custeio próprio, não discriminatório, que objetivou alcançar um benefício equivalente a 70% (setenta por cento) do salário menos 10 (dez) UMC vezes Tempo de Casa na Patrocinadora, limitado a 30 (trinta), dividido por 30 (trinta), com Benefício Mínimo Mensal de 20% (vinte por cento) do salário. Os percentuais de contribuição de Participante e Patrocinadora foram parte integrante da Proposta de Inscrição. Ainda foi facultado ao Participante à época, optar por uma contribuição mensal de no mínimo 50% (cinquenta por cento) daquela definida no referido Plano de Custeio. Nesse caso, a contribuição da Patrocinadora foi reduzida de percentual equivalente àquele escolhido pelo Participante. As contribuições do Participante e da Patrocinadora foram classificadas em Contribuição Normal de Participante e Contribuição Normal de Patrocinadora, respectivamente, sendo destinadas ao Fundo Individual Normal de Participante e Fundo Individual Normal Patrocinadora.

§4º - O disposto no parágrafo acima não representa garantia de benefício na data da aposentadoria, trata-se apenas de uma meta utilizada para determinação das contribuições individuais.

Artigo 39 – As contribuições mensais de responsabilidade direta do Participante serão descontadas em folha de pagamento pela Patrocinadora e deverão ser pagas à Entidade até o 7º (sétimo) dia útil do mês seguinte àquele a que se referirem. O atraso no pagamento das contribuições mensais sujeitará o Participante ao pagamento do débito atualizado pela variação da cota do Plano da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou sua equivalência diária, mais multa de 2% (dois por cento) a ser aplicada sobre o total devido.

§1º - O atraso por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) intercalados num mesmo exercício no pagamento das contribuições devidas diretamente pelo Participante para este Plano, acarretará o cancelamento de sua inscrição, conforme previsto no inciso IV, do Artigo 14 deste Regulamento, quando, após

notificação, o devedor não pagar o total devido no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de seu recebimento.

§2º - As contribuições mensais de responsabilidade da PATROCINADORA deverão ser pagas até o 7º (sétimo) dia útil do mês seguinte àquele a que se referirem. O atraso no pagamento das contribuições mensais sujeitará a PATROCINADORA ao pagamento do débito atualizado **em função do valor da cota previdencial divulgada na data do processamento do** pagamento, com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou sua equivalência diária, mais multa de 2% (dois por cento) a ser aplicada sobre o total devido.

§3º - Os valores referentes às multas aplicadas aos Participantes e à Patrocinadora decorrentes do atraso no pagamento de contribuições serão revertidos para o Fundo Coletivo Previdencial deste Plano.

CAPÍTULO VII DAS ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS

Seção I Alternativas de Investimentos

Artigo 40 – A Entidade em conjunto com a Patrocinadora, poderá oferecer, a seu critério, opções de investimentos aos Participantes do Plano. Neste caso, o Participante poderá optar, sob sua responsabilidade, por um dos Perfis de Investimentos disponibilizados pela Entidade, para a aplicação dos recursos, seguindo, para tanto, as normas de composição do perfil e limites de aplicação a serem fixados pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente.

Artigo 41 – O ativo do Plano será investido de acordo com os critérios fixados na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Artigo 42 – A opção do Participante será formalizada no momento do ingresso ao Plano, através de termo específico disponibilizado pela Entidade. A não formalização de opção específica pelo Participante implicará na automática autorização para que os recursos sejam aplicados conforme definição da Entidade em documento específico.

Artigo 43 – A opção do Participante pelo Perfil de Investimentos poderá ser alterada uma vez ao ano. A não manifestação implicará na manutenção do perfil anteriormente escolhido.

CAPÍTULO VIII DOS FUNDOS DE COTAS

Artigo 44 – As contribuições destinadas ao custeio deste Plano Misto de Benefícios serão transformadas em cotas que comporão Fundos conforme definidos no Capítulo II.

Artigo 45 – As despesas específicas do Plano e as despesas administrativas da Entidade e taxa de carregamento, relativas à gestão deste Plano observarão o disposto neste Regulamento, Plano de Gestão Administrativa – PGA e na legislação vigente, podendo ser custeadas por:

- a) Contribuições entre Patrocinadora e Participantes, incluindo os Assistidos;
- b) Resultado dos Investimentos;
- c) Receitas Administrativas;
- d) Fundo Administrativo;
- e) Dotação inicial paritária entre Patrocinadora e Participantes; e
- f) Doações.

Parágrafo único – As despesas financeiras decorrentes de administração do Fundo do Plano e de suas aplicações serão deduzidas do Fundo do Plano, observadas as legislações vigentes aplicáveis.

Artigo 46 – As cotas dos Fundos referidos no Artigo 44 deste Regulamento terão, na data da implantação deste Plano Misto de Benefícios, o valor original de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo Único – O valor de cada cota será mensalmente determinado em função da valorização do patrimônio deste Plano e mediante a divisão do valor total dos Fundos pelo número de cotas existentes.

Artigo 47 – A movimentação dos fundos será feita em cotas e o valor a ser creditado ou debitado, em cada uma delas, será o do mês da movimentação.

Artigo 48 – A Patrocinadora poderá utilizar parte do saldo do Fundo Coletivo Previdencial, mediante solicitação formal, para custear, total ou parcialmente, as despesas de natureza previdencial e/ou administrativa de sua responsabilidade, observada a disponibilidade dos recursos e legislação vigente.

Artigo 49 – A Entidade enviará aos Participantes deste Plano Misto de Benefícios extratos anuais de seu Fundo Individual Normal de Participante, Fundo

Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, contendo:

- a) valores das contribuições pagas pelo Participante em cada mês do ano;
- b) número de cotas adquiridas pelo Participante em cada mês do ano;
- c) valores das contribuições individuais creditadas aos Participantes em razão de contribuições pagas pela PATROCINADORA no ano;
- d) número de cotas creditadas em nome do Participante no ano;
- e) saldo de cotas em cada um dos fundos no final do ano;
- f) valor da cota no final do ano.

CAPÍTULO IX DOS INSTITUTOS LEGAIS OBRIGATÓRIOS

Seção I Portabilidade

Artigo 50 – O Participante que se desligar ou for desligado da Patrocinadora poderá optar pela portabilidade desde que, na data do Término do Vínculo, preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- I ter, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de vinculação ao Plano; e
- II não estar em gozo de qualquer benefício por este Plano.

§1º - O Participante fica dispensado do cumprimento do disposto no inciso I do “caput” deste artigo para a Portabilidade de recursos oriundos de outros planos de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, registrados e alocados na Conta de Portabilidade.

§2º - A opção pela portabilidade deverá ser efetuada pelo Participante por meio do termo de opção fornecido pela Entidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega do extrato de que trata o Artigo **63** deste Regulamento.

§3º - O Participante terá direito a portar a totalidade dos saldos do Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, na data da cessação das Contribuições e atualizado de acordo com o valor da cota na data do processamento da transferência.

§4º - Para efeito da Portabilidade, será considerado o valor dos saldos acima referidos registrado na Entidade no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção.

§5º - No prazo previsto na legislação vigente, a Entidade encaminhará ao Participante ou à entidade de previdência complementar ou companhia seguradora escolhida pelo Participante, receptora dos recursos, o termo de portabilidade devidamente preenchido.

§6º - A transferência dos recursos financeiros para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme escolha do Participante, ocorrerá no prazo previsto na legislação vigente.

§7º - Na hipótese de o Participante optar por destinar seus recursos para uma entidade aberta de previdência complementar, a integralidade dos recursos a

serem portados deverá ser utilizada para a contratação de um benefício pago por um prazo, no mínimo, igual ao período em que a reserva foi constituída no Plano, não podendo ser inferior a 15 (quinze) anos.

§8º - O Participante que tiver optado pelo autopatrocínio ou benefício proporcional diferido por ocasião do Término do Vínculo poderá optar posteriormente pela portabilidade, desde que por ocasião de sua opção preencha os requisitos previstos nos incisos I e II do “caput” deste artigo.

§9º - A opção do Participante pela portabilidade tem caráter irrevogável e irretratável, extinguindo-se com a transferência dos recursos, toda e qualquer obrigação da Entidade, relativa ao Plano, perante o Participante, os Beneficiários e os herdeiros legais.

§10 – É permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados pela Entidade, desde que tais planos sejam da mesma titularidade do Participante.

§11 - Nos processos de portabilidade, a Entidade manterá controle separado dos recursos oriundos de portabilidade de entidade fechada de previdência complementar (EFPC) e entidade aberta de previdência complementar (EAPC), bem como aqueles formados por Contribuições do Participante e de Patrocinadora.

§12 - Na existência de qualquer débito pendente de pagamento pelo Participante junto ao Plano, como por exemplo em decorrência de resultado deficitário equacionado de responsabilidade do Participante ou de empréstimo, a Entidade descontará tais valores do direito acumulado do Participante no momento da efetivação da portabilidade.

Artigo 51 - O Participante Ativo e Autopatrocinado poderá portar para este Plano os recursos oriundos de outro plano de benefícios administrado por entidade de previdência complementar ou companhia seguradora.

Seção II Resgate

Artigo 52 - O Participante que se desligar ou for desligado da Patrocinadora e do Plano terá direito a receber o resgate de Contribuições, mediante a entrega do termo de opção, desde que não receba Benefício pelo Plano.

§1º - Terá direito ao resgate de Contribuições na data em que ocorrer o último desligamento, o Participante cujo desligamento da Patrocinadora e do Plano não ocorrer de forma simultânea.

§2º - O valor do Resgate de Contribuições corresponderá à soma das seguintes parcelas:

- I 100% (cem por cento) do saldo existente no Fundo Individual Normal de Participante e no Fundo Extraordinário de Participante;
- II 100% (cem por cento) dos recursos constituídos em planos de entidade aberta de previdência complementar ou companhia seguradora alocados na Conta de Portabilidade, se houver, para o Participante que optar pelo disposto no § 3º deste artigo;
- III percentagem do saldo dos Fundos, de acordo com a tabela a seguir:

Tempo de Contribuição (em anos)	Percentual de devolução do saldo do Fundo Individual Normal de Patrocinadora
Até 4 anos	0%
Mais de 4 anos até 10 anos	3%
Mais de 10 anos até 15 anos	6%
Mais de 15 anos até 20 anos	9%
Mais de 20 anos até 25 anos	12%
Mais de 25 anos até 30 anos	18%
Acima de 30 anos	20%

§3º - O Participante poderá optar por resgatar os valores alocados na Conta de Portabilidade referentes exclusivamente a recursos constituídos em planos de entidade aberta de previdência complementar ou companhia seguradora, sendo vedado, portanto, resgatar recursos portados constituídos em entidades fechadas de previdência complementar recepcionados pelo Plano, os quais deverão necessariamente ser objeto de Portabilidade.

§4º - O valor do Fundo utilizado para efeito da apuração dos percentuais de que trata o § 2º deste artigo será aquele registrado na Entidade no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção.

§5º - O pagamento do resgate **por opção do Participante pode ser realizado em parcela única, com possibilidade de diferimento em até 90 (noventa) dias, ou em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas**, devidamente atualizado

com o valor da cota **previdencial divulgada** na data do processamento do pagamento.

§6º - A opção pelo parcelamento do pagamento do resgate de Contribuições não assegura a condição de Participante do Plano.

§7º - O pagamento do resgate de Contribuições extingue toda e qualquer obrigação da Entidade relativa ao Plano perante o Participante, os Beneficiários e os herdeiros legais.

§8º - Em nenhuma hipótese serão incluídos no pagamento do resgate as Contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas efetuadas pelo Participante e os recursos alocados na Conta de Portabilidade constituídos em planos de entidade fechada de previdência complementar.

§9º - Na existência de qualquer débito pendente de pagamento pelo Participante junto ao Plano, como por exemplo em decorrência de resultado deficitário equacionado de responsabilidade do Participante ou de empréstimo, a Entidade descontará tais valores do direito acumulado do Participante no momento da efetivação do resgate.

§10 - Em caso de suspensão do contrato de trabalho do Participante decorrente de Invalidez, observados os termos do Regulamento, haverá a equiparação ao Término do Vínculo, sendo-lhe garantido o direito ao exercício do resgate.

Seção III Autopatrocínio

Artigo 53 - O Participante que na data do Término do Vínculo não tiver direito a receber a Suplementação de Aposentadoria ou Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, não optar pelo benefício proporcional diferido, pela portabilidade ou pelo resgate de Contribuições, poderá optar por se manter como Participante do Plano.

§1º - A opção pelo autopatrocínio obriga o Participante a assumir as Contribuições de Participante e de Patrocinadora previstas neste Regulamento, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas e coberturas de risco.

§2º - A opção pelo autopatrocínio deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, e entregue à Entidade no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da entrega do extrato de que trata o Artigo 63 deste Regulamento.

§3º - A opção pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo benefício proporcional diferido, pela portabilidade ou pelo resgate de Contribuições, observadas as demais condições deste Regulamento.

§4º - O Salário de Participação do Participante que optar pelo autopatrocínio observará o disposto no Artigo 18.

Artigo 54 - O Participante que mantiver vinculação empregatícia ou diretiva com a Patrocinadora e que vier a sofrer perda parcial ou total de remuneração, poderá optar pelo autopatrocínio para assegurar a percepção dos Benefícios nos níveis correspondentes à remuneração anterior.

§1º - A opção pelo autopatrocínio deverá ser formulada pelo Participante, por escrito, e entregue à Entidade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ocorrência.

§2º - A opção pelo autopatrocínio obriga o Participante a assumir as Contribuições de Participante e de Patrocinadora previstas neste Regulamento, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas e coberturas de risco.

§3º - Será cancelada a condição de autopatrocínio previsto no “caput” deste artigo nos casos em que o Participante deixar de efetuar o recolhimento das Contribuições por 3 (três) meses consecutivos ou não, sem prejuízo da qualidade de Participante.

Seção IV

Benefício Proporcional Diferido

Artigo 55 - O Participante que, na data do Término do Vínculo, não tiver direito a receber a Suplementação de Aposentadoria ou Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e não optar pela portabilidade, pelo autopatrocínio ou pelo resgate de Contribuições poderá, desde que tenha no mínimo 3 (três) anos de tempo de vinculação ao Plano, optar pelo benefício proporcional diferido.

§1º - A opção pelo benefício proporcional diferido será formulada, por escrito, e entregue à Entidade em 30 (trinta) dias contados da data da entrega do extrato de que trata o Artigo 63 deste Regulamento.

§2º - A opção pelo benefício proporcional diferido representa a interrupção imediata de qualquer contribuição a este Plano, salvo aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

§3º - A opção pelo benefício proporcional diferido não impede a posterior opção pelos demais institutos, desde que obedecidas as condições previstas neste Regulamento.

§4º - No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas neste Regulamento.

§5º - No caso de posterior opção pelo autopatrocínio, em havendo contribuições destinadas ao custeio dos riscos de invalidez e morte do Participante, o pagamento deve ser feito, seguindo o mesmo critério de pagamento estabelecido no Regulamento para esse instituto.

Artigo 56 - O Participante que, na data do Término do Vínculo, não tenha direito a receber a Suplementação de Aposentadoria ou a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez por este Plano nem optar pelo autopatrocínio, pelo benefício proporcional diferido, pela portabilidade ou pelo resgate de Contribuições, nos prazos estipulados neste Regulamento, terá presumida pela Entidade a opção pelo benefício proporcional diferido, desde que tenha, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de vinculação ao Plano.

Parágrafo único - Ocorrendo o disposto no “caput” deste artigo o Participante fica obrigado a recolher as Contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas.

CAPÍTULO X

DAS ALTERAÇÕES E **RETIRADA DE PATROCÍNIO**

Seção I

Das Alterações do Regulamento

Artigo 57 - Este Regulamento só poderá ser alterado por solicitação de Patrocinadora, sujeito à aprovação do órgão estatutário competente da Entidade e da aprovação do órgão público competente.

Artigo 58 - As disposições previstas neste Regulamento poderão ser modificadas a qualquer tempo, desde que previamente aprovadas pelo órgão público competente, ressalvados os Benefícios dos Participantes, Beneficiários e Assistidos já em gozo de Benefício pelo Plano, ou em condição de receberem Benefícios nessa época, desde que o Benefício futuro não seja inferior ao resgate de Contribuições na data de tal alteração.

Seção II

Da **Retirada de Patrocínio**

Artigo 59 - A Patrocinadora poderá exercer retirada de patrocínio, ficando com a obrigação do cumprimento da totalidade dos compromissos assumidos com a Entidade relativamente aos direitos dos Participantes, Assistidos e obrigações legais, até a data da retirada do Plano, e submetido à autorização do órgão regulador e fiscalizador.

Artigo 60 – Em caso de **retirada de patrocínio**, nenhuma contribuição adicional, excedente às obrigações assumidas na forma das normas legais pertinentes, será feita pela Patrocinadora e pelos Participantes e os Fundos serão, depois de tomadas as providências para liquidar todas as despesas administrativas comprometidas e estimadas, distribuídos pela Entidade aos Participantes e Beneficiários e, na sua ausência aos herdeiros legais, observadas as condições estipuladas nesse Regulamento e em conformidade com a legislação, na forma de pagamento único ou de prestações continuadas, conforme vier a ser ajustado.

Artigo 61 - Em caso de retirada de patrocínio da Patrocinadora, nenhuma contribuição adicional será feita pela mesma, excedente às obrigações assumidas, na forma das normas legais pertinentes, exceto quaisquer contribuições devidas e ainda não pagas.

Parágrafo único - As condições de retirada de patrocínio serão tratadas em instrumento próprio elaborado nos termos da legislação específica.

Artigo 62 - A Patrocinadora pode transferir a administração deste Plano para uma outra entidade fechada de previdência complementar, observado o disposto na legislação vigente aplicável.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 63 - A Entidade fornecerá ao Participante um extrato, **por meio físico ou eletrônico**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da informação da Patrocinadora referente ao Término do Vínculo.

§ 1º - Caso o Participante venha a questionar qualquer informação constante do extrato, o prazo para opção pela portabilidade, pelo resgate de Contribuições, pelo benefício proporcional diferido ou pelo autopatrocínio ficará suspenso até que a Entidade preste os esclarecimentos devidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do pedido formulado pelo Participante.

§ 2º - **O extrato também será fornecido pela Entidade sempre que solicitado pelo Participante.**

Artigo 64 - Em caso de transferência do Participante para outra empresa do mesmo grupo econômico que não seja Patrocinadora do Plano, tal medida será equiparada ao Término do Vínculo, sendo-lhe assegurada a opção pelos institutos legais obrigatórios previstos neste Regulamento.

Artigo 65 - Resguardados os direitos dos menores, dos incapazes e dos ausentes, na forma da lei, as prestações não pagas, nem reclamadas na época própria, a que o Participante ou Beneficiário tiverem direito, prescreverão no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas, revertendo em proveito do Plano por meio de crédito no Fundo Coletivo Previdencial.

Artigo 66 - Todas as interpretações das disposições do Plano deverão ser baseadas neste Regulamento.

Artigo 67 - O ativo administrado pela Entidade correspondente a este Plano será usado única e exclusivamente para o pagamento de Benefícios e outras obrigações previstas neste Regulamento.

Parágrafo único - As Contribuições feitas pela Patrocinadora e pelos Participantes a ela vinculados serão utilizadas somente para o fim disposto neste Regulamento.

Artigo 68 - Os valores recebidos ou pagos indevidamente pelo Plano serão devolvidos a quem de direito, devidamente atualizados **em função do valor da cota previdencial divulgada na data do processamento do pagamento**, considerando para esse efeito o período decorrido desde o pagamento indevido até a devolução dos valores, não se aplicando quaisquer penalidades, inclusive juro e multa.

Artigo **69** - Este Regulamento entrará em vigor na Data da Alteração Regulamentar.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo **70** – Os Participantes Ativos inscritos neste Plano em até 1 (um) ano, a contar de 01/05/2004, puderam optar por não contribuírem para o Plano, por ocasião de sua inscrição, sendo, neste caso, considerados Participantes Ativos não Contribuintes.

Artigo **71** – A faculdade prevista no Artigo 69 não se aplica aos Participantes Ativos inscritos no Plano após 1 (um) ano, a partir de 01/05/2004.